

Montanha do Pico regista mais 28,4% de subidas no Verão, enquanto cavidades vulcânicas perdem mais de 31 mil entradas

O terceiro trimestre de 2025 trouxe uma forte recuperação das subidas à Montanha do Pico, mas confirmou uma quebra muito acentuada nas visitas às cavidades vulcânicas visitáveis da Região Autónoma dos Açores. Os dados agora divulgados no Boletim Trimestral do 3.º trimestre de 2025, do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), mostram que, entre julho e setembro, o conjunto das subidas à Montanha do Pico e das visitas à Casa da Montanha somou 25.431 visitantes, mais 28,4% do que no mesmo período de 2024, enquanto as cavidades vulcânicas registaram 45.120 entradas, menos 40,9% em termos homólogos.

No caso da Montanha do Pico, o terceiro trimestre consolida o verão como o grande motor deste produto turístico. Depois de um arranque de ano tímido, com 1.603 visitantes no primeiro trimestre e 12.155 no segundo, o número de subidas e visitas à Casa da Montanha disparou para 25.431 no verão de 2025. Em 2024, o mesmo trimestre tinha sido percorrido por 19.806 visitantes, pelo que a subida de 28,4% agora registada representa mais 5.625 pessoas no principal período de procura.

Ainda assim, quando se observa o acumulado de janeiro a setembro, o balanço continua ligeiramente negativo face ao ano passado. Nos primeiros nove meses de 2025, o conjunto das subidas à Montanha do Pico e visitas à Casa da Montanha



totalizou 39.189 visitantes, contra 41.019 em igual período de 2024, o que equivale a uma descida de 4,5% (menos 1.830 pessoas). A forte recuperação do verão compensou apenas em parte as quebras muito expressivas registadas no início do ano, quando o primeiro trimestre tinha ficado cerca de dois terços abaixo do volume de 2024, e o segundo trimestre recuava ainda cerca de um quarto.

O comportamento das cavidades vulcânicas visitáveis é bem diferente. Apesar da recuperação sazonal, com o número de entradas a subir de 10.487 no primeiro trimestre para 36.287 no segundo e 45.120 no terceiro, o comparativo com 2024 revela um recuo profundo. No verão de 2024,

estas cavidades tinham recebido 76.372 visitantes; no terceiro trimestre de 2025 ficaram-se pelos 45.120, menos 31.252 entradas, o que corresponde a uma quebra homóloga de 40,9%. Em termos de evolução dentro do próprio ano, o verão ainda representa um aumento de 24,3% face ao segundo trimestre, mas não chega para recuperar o que se perdeu face ao ano anterior.

No acumulado de janeiro a setembro, a tendência de queda nas cavidades é ainda mais vinculada. As cavidades vulcânicas visitáveis somaram 91.894 entradas em 2025, contra 156.300 no mesmo período de 2024. Em nove meses, perderam 64.406 visitantes, o equivalente a uma redução de

41,2%. Mesmo com o reforço da procura no verão, os números confirmam que este segmento específico está, em 2025, bastante abaixo dos níveis do ano anterior.

Os Centros Ambientais da RAA ajudam a enquadrar este contraste. No terceiro trimestre de 2025, estes centros receberam 146.118 visitantes, o que representa um aumento de 17,3% face ao mesmo trimestre de 2024. Ao longo dos primeiros nove meses do ano, passaram pelos Centros Ambientais 315.218 visitantes, mais 9,4% do que os 288.022 registados entre janeiro e setembro de 2024. Ou seja, o interesse global pelos espaços de interpretação ambiental e pela fruição da natureza continua a crescer, mesmo num contexto em que as cavidades vulcânicas perdem peso no conjunto da oferta.

Tomados em conjunto, os dados oficiais apontam para uma reconfiguração dos padrões de procura deste tipo de oferta turística nos Açores em 2025. A Montanha do Pico recupera terreno no verão e aproxima-se dos níveis do ano anterior em termos acumulados, confirmando-se como um ícone capaz de atrair cada vez mais visitantes na época alta. Já as cavidades vulcânicas, apesar de continuarem a registar dezenas de milhares de entradas, atravessam um ano claramente abaixo de 2024, com quebras superiores a 40% tanto no verão como no total dos primeiros nove meses.

Futura Lei de Finanças das Regiões Autónomas deve garantir reforço anual de 250 ME para os Açores, realça Duarte Freitas

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, declarou ontem, em debate parlamentar das propostas de Plano e Orçamento para 2026, que a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas deve assentar numa “base de negociação clara” que parta de um reforço anual para os Açores de 250 milhões de euros.

“Entendemos que esta revisão deve assentar numa base de negociação clara: a Região deve assegurar um aumento mínimo de 250 milhões de euros anuais, garantindo os meios necessários para um desenvolvimento sustentado, estável e previsível, tendo em conta o adquirido acomodado no Orçamento de Estado de 2026, por conta de transferência extraordinárias”, realçou.

O governante falava, na Horta, no primeiro dia de debate em torno dos documentos orçamentais para o próximo ano.

Duarte Freitas anunciou que, em 2025, os Açores ultrapassarão os seis mil milhões de euros de PIB, já considerando a nova série estatística de 2021.

E prosseguiu: “entre 2019 e 2026, o nosso PIB nominal crescerá 47,2%, com uma aproximação consistente do PIB *per capita* em relação à média de Portugal e da União Europeia. E entre 2019 e 2026, as receitas de IRC, mesmo com a descida das taxas nos Açores, irão crescer de 44,7 milhões de euros para 77 milhões de euros, representando um incremento de mais 70%, denotando a saúde do nosso tecido económico e a robustez da nossa economia”.

O Secretário Regional reconheceu que os documentos orçamentais em análise

têm “como prioridade cumprir, no que toca à Região Autónoma dos Açores, o designio nacional e europeu de finalizar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”, sendo que, em simultâneo, a Região tem de “assegurar o cumprimento da regra n+3 do Aço 2030, isto é, executar 192 milhões de euros deste programa em 2026”.

“Estas duas tarefas, só por si hercúleas, não nos desviam, no entanto, da manutenção dos adquiridos desta governação, como sejam o diferencial fiscal, a «Tarifa Açores», o COMPAMID, ou os complementos ao Abono de Família e às pensões”, asseverou.

Contudo, e com a consistência estratégica a implicar “manter escolhas e não dispersar recursos em tudo ao mesmo tempo”, os documentos procuram dar resposta “a duas das maiores preocupações dos açorianos: a saúde e a habitação”. Na saúde, depois de termos recuperado dívidas em atraso desde 2012, queremos manter os fornecedores regionais com pagamentos entre sessenta e noventa dias, algo que há muitos anos não acontecia. Para tal, depois de termos atualizado vencimentos e carreiras e integrado programas ocupacionais e tarefeiros do covid, efectuamos mais um esforço de conter a suborçamentação do sector, com um incremento do orçamento da saúde em 44 milhões de euros. No global, de 2019 a 2026, a Saúde verá o seu Orçamento crescer em 186 milhões de euros. Isto para além das operações de transformação de dívida comercial em financeira. Na habitação, de 2025 para 2026 teremos um crescimento

26,5 milhões de euros e, se compararmos com 2019, teremos um crescimento de 52 milhões de euros, passando de 13,7 milhões de euros para 65,7 milhões de euros”, disse.

Duarte Freitas aproveitou ainda a intervenção inicial em plenário para anunciar que, “para além do PRR, na reprogramação do Aço 2030”, será proposta e negociado “um reforço das verbas para a habitação”.

E continuou: “quando muitos duvidavam do cumprimento do 2020, tivemos uma execução de 101% por cento. Quando muitos punham em causa a execução do PRR na Região, o Ministro da Coesão, agora Ministro da Economia, veio felicitar-nos por sermos um exemplo para o país. E quando os habituais apóstolos do caos anunciavam que a Região iria perder os 117 milhões de euros de verbas do PRR de gestão central, verificamos que, à data de hoje, os Açores já têm aprovados 169 milhões de euros só de avisos nacionais. Quando muitos duvidavam do cumprimento da regra n+3 do Aço 2030, posso hoje aqui anunciar que, a esta data, já cumprimos a meta de 2025, com uma execução que ultrapassa os 154 milhões de euros. Somos o programa operacional territorial com a melhor execução de fundos do país. Por isso, a nossa confiança baseia-se em factos concretos e não em profecias da desgraça dos apóstolos do caos, sempre contraditadas pela realidade”.

Algumas das tarefas elencadas por Duarte Freitas para 2026 passam também pelo processo de privatização da Azores Airlines e da SATA *Handling*, a alienação

da Segma e da Globaleda, a venda dos três campos de golfe propriedade da Região e a decisão política “sobre as seis entidades regionais que foram objecto de estudo técnico da Deloitte visando a venda, extinção, cessão ou integração, no todo ou em parte”.

“Vamos avançar com os procedimentos para potenciar, recuperar e disponibilizar o património da Sinaga em Ponta Delgada e Lagoa, na sequência do debate público e das abordagens técnicas contratualizadas com a Delegação dos Açores da Ordem dos Arquitectos, sustentou ainda.

Com a extinção da SDEA e da Azorina, com o saneamento e concessão da Santa Catarina, com a alienação da Naval Canal e dos hotéis da Graciosa e das Flores e com estas tarefas pela frente em 2026, o Governo, verbalizou Duarte Freitas, “pretende dar mais um passo na optimização do património público regional, que incluirá ainda a venda de imóveis sem utilização e a reanálise das efectivas necessidades de alugueres”.

E concluiu: “nunca nos daremos por satisfeitos. Há muito por fazer, por corrigir, por concluir ou por aperfeiçoar. Mas pergunta-se também: há motivo para satisfação? Em qualquer espaço económico estes indicadores seriam motivo de orgulho. Aqui no Açores também devem sê-lo. Eles existem por causa dos empresários, das famílias e de todos os açorianos. Mas existem também porque há um Governo que acrescenta, estimula, liberta e dá asas ao melhor que os Açores têm. E assim queremos continuar”.